



Impugnação ao Edital pp 42/2021

A Empresa Keila Iaroz de Lima cnpj: 41234866/0001-44 enviou ao Setor de licitações um email no dia 28/06 levantando a questão sobre a documentação exigida no Edital sobre a qualificação econômica financeira, já que as empresas Mei/Me/Epp tem benefícios diante do exposto, haja visto que a concorrência ocorreria no dia 02/07/2021

Em resposta a pergunta enviada, o Sr Francisley Pereira (pregoeiro) assim respondeu a questão levantada pela empresa.

Keila Iaroz <iarozlicitacoes@outlook.com>
Seg, 28/06/2021 13:56

Bom dia

em resposta a questão levantada, informamos que a obrigatoriedade da apresentação o balanço é condição para habilitação no certame Para balizar esse entendimento, fundamentamos: Impulsionada pelos incentivos fiscais e de acesso aos mercados das aquisições públicas concedidos pela Lei Complementar 123/06, vem crescendo a cada dia a participação das Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI nas contratações públicas. Além da possibilidade de optar pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, denominado Simples Nacional, que implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, de diversos impostos e contribuições e dispensa do pagamento de algumas contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e demais entidades de serviço social autônomo (como SESC, SESI, SENAI, SENAC e SEBRAE, por exemplo), as ME, EP e MEI ainda contam com outros tratamentos diferenciados, que facilitam seu acesso às contratações públicas Dentre os principais benefícios trazidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, destaca-se a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que é assegurada pelo critério de desempate previsto no artigo 44 da Lei Complementar 123/06. Nas licitações da modalidade pregão (inclusive na forma eletrônica), entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, sendo que nas demais modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93 (Convite, Tomada de Preços e Concorrência), o intervalo percentual considerado para a situação de empate é de 10% (dez por cento). O Estatuto das Micro e Pequena Empresas ainda traz outras vantagens para as empresas beneficiadas, como processos licitatórios exclusivos para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) em certames para aquisição de bens de natureza divisível e prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização da documentação relativa a regularidade fiscal. Além disso, o art. 3º do Decreto 6.204/2007, que regulamentou o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal, ainda dispensou dessas a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social para habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais. Ocorre que, vislumbrando a oportunidade de se valer dos benefícios, muitas empresas se aventuraram no universo das licitações e acabam sendo inabilitadas por não cumprir os requisitos de habilitação previstos nos editais de licitação, especialmente em relação à qualificação econômico-financeira. Muitas vezes, as inabilitações ocorrem por falta de conhecimento das regras de licitação e por confusão relacionada a benefícios fiscais e tributários dispensados às microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente em relação ao mito de que essas empresas estariam desobrigadas de apresentar balanço patrimonial para fins de habilitação em licitações. Tal mito criou-se da redação dada pelo § 1º do art. 7º da Lei 9.317/96, que dispunha sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte e as dispensava de efetuar escrituração comercial. Nesse sentido, inclusive o Poder Judiciário chegou a conceder, com base na Lei 9.317/96, mandados de segurança a fim de viabilizar a participação de micro e pequenas empresas em licitações, a saber: “MANDADO DE

SEGURANÇA - Licitação - Modalidade de Concorrência - Impetrante que foi inabilitada, por não cumprir determinação do edital próprio, relativa à apresentação de balanço patrimonial e demonstrativo contábil do último exercício social - Ilegalidade - Impetrante que é microempresa, optante do 'SIMPLES' que, a teor do disposto na Lei 9.317/96, dispensa a obrigatoriedade de apresentação de balanço patrimonial e demonstrativos contábeis - Ordem concedida." (Apelação Cível nº 0052681-11.2004.8.26.0000, 3ª Câmara de Direito Público, Des. Antônio Carlos Malheiros, j. Em março de 2008) "MANDADO DE SEGURANÇA - Licitação - Renovação de cadastro para viabilizar participação em procedimentos licitatórios - Admissibilidade - Empresa de pequeno porte - Dispensada legalmente da representação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis - Lei nº 9.317/96 (regime tributário de micros e pequenas empresas) e artigo 179, da CF. - Ordem confirmada - Recurso não provido" (Apelação Cível nº 275.812-5/6-00; 4ª Câmara de Direito Público do E. Tribunal de Justiça de São Paulo; Des. José Soares Lima, j. Em maio de 2008). "MANDADO DE SEGURANÇA - Licitação - Exigência de apresentação de balanço patrimonial para comprovação da qualificação econômico-financeira - Microempresa - Escrituração simplificada por meio de Livro Diário - Inexigibilidade de apresentação do balanço - Sentença concessiva da segurança mantida - Recursos não providos - Permitido à microempresa a escrituração por meio de processo simplificado, com utilização de Livro Diário, registrado na Junta Comercial, torna-se dispensável a apresentação de balanço patrimonial, aya confecção traria despesas extraordinárias à microempresa, podendo impossibilitar sua participação na licitação." (TJ-SP - APL: 3065175900 SP, Relator: Luis Ganzerla, Data de Julgamento: 26/01/2009, 11ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 26/02/2009) Ocorre que cessaram os efeitos da dispensa de escrituração fiscal tratada na Lei 9.317/96, visto que essa foi revogada pela Lei Complementar 123/06, que introduziu em seu art. 27 a possibilidade das microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional a possibilidade de adotarem contabilidade simplificada: "Art. 27. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor." Assim, a fim de regulamentar os critérios de "contabilidade simplificada" introduzidos pela Lei Complementar 123/06, o Conselho Federal de Contabilidade, por intermédio da Resolução CFC nº 1.115/07, aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 19.13 - Escrituração Contábil Simplificada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. O item 7 da referida Resolução, que foi revogada pela Resolução CFC nº 1.330/11, determinava que a microempresa e a empresa de pequeno porte deveria elaborar, ao final de cada exercício social, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, em conformidade com o estabelecido na NBC T 3.1, NBC T 3.2 e NBC T 3.3. Nesse sentido, por intermédio da Resolução CFC nº 1.418/2012, foi aprovada a Instrução Técnica Geral - ITG 1000 - Modelo contábil para Microempresas e Empresa de Pequeno Porte, a qual dispõe em seu item 26 que a entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social e, quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários. Além disso, o item 5 da ITG 1000, aprovado pela Resolução nº 1.418/2012, do Conselho Federal de Contabilidade prevê ainda que a microempresa e a empresa de pequeno porte que optar pela adoção do modelo contábil previsto na Resolução em tela deverá avaliar as exigências requeridas de outras legislações que lhe sejam aplicáveis. Portanto, a empresa que tiver interesse em participar de procedimentos licitatórios deverá observar o inciso I do art. 31 da Lei nº 8.666/93, que prevê, para fins de qualificação econômico-financeira, a exigência de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Cabe ainda fazer uma abordagem quanto a figura do pequeno empresário (art. 1º da Lei Complementar 123/06), também considerado como Microempreendedor Individual - MEI, ou empresário individual, nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar 123/06, já que o parágrafo 2º do art. 1.179 do Código Civil - Lei nº 10.406/02, previu que o pequeno empresário estaria dispensado da exigência de seguir um sistema de contabilidade e levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. Entretanto, apesar da dispensa expressa no parágrafo 2º do art. 1.179 do Código Civil, pelo princípio da especificidade, para fins de habilitação em licitação, aplicam-se as disposições constantes da Lei 8.666/93, que não dispensa a apresentação do balanço patrimonial. Pelos mesmos motivos, também não há de se justificar a falta de apresentação do balanço patrimonial com base na dispensa de escrituração comercial tratada no parágrafo único do art. 190 do Decreto 3.000/99, uma vez que o referido Decreto regulamenta apenas aspectos relacionados a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Desse modo, verificamos que, embora as microempresas e empresas de pequeno porte possam adotar modelo de contabilidade simplificada, os dispositivos legais citados não dispensam a apresentação do balanço patrimonial para fins de habilitação em licitações. Diante de tal entendimento, esclarecemos que a empresa deverá apresentar o balanço caso queira participar do certame.

Francisley Pereira
Pregoeiro

Logo em seguida, no dia 30/06/2021 o Sr Pregoeiro Sr Francisley Pereira suspendeu a seção pelos seguintes motivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

COMUNICADO DA SUSPENSÃO DA
SESSÃO DO PREGÃO PP 42.2021

O MUNICÍPIO DE IMBAÚ, ESTADO DO PARANÁ, com sede à rua Francisco Siqueira Kortz nº 471, Centro, nesta cidade de Imbaú, Estado do Paraná, torna público:

SUSPENDER A SESSÃO DO PP 42.2021

Pelo seguinte motivo:

Por determinação da Sra. Secretária de Administração, no intuito de trazer maior competitividade ao certame e evitar possível fracasso do certame, ocorrerá a substituição de critério de qualificação econômico-financeira estabelecido no item 1.6 do anexo II, sendo a apresentação do "Balanço financeiro" substituída por "Garantia" nos termos do art. 31, III e art. 56 da lei 8666/93.

Tal medida prende-se ao fato de que as ME/EPP/MEI não são obrigadas a realizar seus balanços, podendo fazê-los de forma até simplificada, mas na sua maioria não o fazem.

Como trata-se de requisito habilitatório para participação, tal instrumento é necessário, pois trata-se de condição para participação e qualquer empresa ME/EPP/MEI pode confeccionar seu balanço de forma tradicional ou até simplificado.

Sendo assim, a substituição é medida que se impõem para dar maior competitividade, pois ampliará as ME/EPP/MEI que poderão participar do certame.

Diante de tal alteração, publique-se, com nova data.

Imbaú 30 de junho de 2021.

FRANCISLEY PEREIRA
Pregoeiro

E acrescentou ao novo edital a prestação de garantias, como segue como esta no edital,.

17. PRESTAÇÃO E GARANTIA

17.1. Será exigido da licitante vencedor, a prestação de garantia, podendo optar por uma das três modalidades previstas na lei 8666/93. 17.2. A garantia será de 2,5% (dois virgula cinco por cento) do valor total do contrato.

17.3. O depósito da importância em dinheiro, cheque visado ou bancário, deverá ser efetuado no Banco do Brasil, em agência a ser fornecida pelo Contratante, no dia do vencimento do prazo para assinatura do contrato, devendo a empresa Contratada comprovar o referido depósito.

17.4. A garantia em fiança bancária ou seguro, terá validade de, no mínimo a duração do contrato, contados da data de assinatura da avença, devendo ser renovado, se houver prorrogação do prazo contratual.

17.5. A devolução da garantia, efetuada em dinheiro, será feita através de cheque nominal à empresa Contratada, após o encerramento do ajuste; se efetuada em fiança bancária ou seguro garantia, será restituída diretamente pela Contratante.

Entendemos que ao invés de estar trazendo maior competitividade ao certame, esta fazendo totalmente ao contrario, pois trata-se de um pregão de 1.984.729,50 (um milhão novecentos e oitenta e quatro mil reais) e 2,5% disso para qualquer empresa hj deixar parado como garantia de um contrato que nem se quer sabemos se vai ser pedido em sua íntegra, se torna inviável, não se trata de abrir maior concorrência e sim de restringir mais ainda a competitividade ao certame.

Nesses termos a empresa pugna pela impugnação ao novo edital por estar restringindo a ampla concorrência..

Telemaco Borba 08 de julho de 2021


Keila Iaroz de Lima

412348660001-44